

[Notícia anterior](#)[Próxima notícia](#)

18 abr 2017 | O Globo

Encontro discute rumos da Previdência Social

Os ministros da Fazenda, Henrique Meirelles, e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Dyogo Oliveira, esclarecem pontos controversos da Reforma e defendem urgência na implantação das novas regras

Nós estamos tendo a oportunidade de fazer a Reforma da Previdência a tempo, sem precisar cortar direitos e benefícios nem aumentar a carga tributária. Se postergarmos a reforma por mais 2 ou 3 anos, essa oportunidade passa Dyogo Oliveira Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão Se considerarmos todas as despesas com a Seguridade Social (saúde, assistência social, abonos) vemos claramente um déficit de R\$ 189 bilhões, apenas no RGPS, faltando ainda contabilizar o déficit dos servidores públicos Henrique Meirelles Ministro da Fazenda

Sem a Reforma da Previdência não há como resolver o déficit que já alcançou R\$ 150 bilhões somente no Regime Geral da Previdência Social (RGPS), valor correspondente a 2% do Produto Interno Bruto, a soma de todas as riquezas produzidas no país. Essa foi a mensagem dos ministros da Fazenda, Henrique Meirelles, e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Dyogo Oliveira, durante o seminário "Previdência Social no Brasil: aonde queremos chegar?", realizado pelo GLOBO, na segunda-feira, dia 10 de abril, no auditório da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.

Na abertura do encontro, o ministro da Fazenda esclareceu pontos da Reforma, demonstrando a origem do déficit. Segundo ele, o gasto primário do governo central tem aumentado em todos os mandatos presidenciais e registra trajetória ascendente se comparado com o PIB: em 1991, foi de 10,8% e, em 2015, chegou a 19,3%. Nessa diferença de 8,5 pontos percentuais, ele afirma que 5,6 pontos percentuais são relativos a benefícios previdenciários e assistenciais. "Isso mostra onde está o problema. A evolução dos benefícios é simplesmente impagável a médio e longo prazos para o Brasil. Não estou aqui entrando nas projeções futuras, estamos olhando para o passado. Isso é um fato", afirmou.

Meirelles advertiu que esse déficit é enorme e crescente, ao contrário do que dizem alguns críticos, segundo os quais há superávit de R\$ 100,1 bilhões nas contas da Previdência. Ele apontou que a distorção desse cálculo é considerar todas as receitas vinculadas à Seguridade Social (Contribuição Social sobre Lucro Líquido, PIS, Pasep, entre outras receitas) e apenas os gastos do INSS e do Regime Próprio do setor público. "Se considerarmos todas as despesas com a Seguridade Social (saúde, assistência social, abonos) vemos claramente um déficit de R\$ 189 bilhões, apenas no RGPS, faltando ainda contabilizar o déficit dos servidores públicos", reiterou.

O ministro disse, ainda, que é equivocada a ideia de que a Previdência rural não é necessariamente um grande problema. "O déficit da Previdência rural, em 2002, era de R\$ 14,7 bilhões; em 2016, chegou a R\$ 103,4 bilhões", ressaltou, afirmando que a maioria dos trabalhadores rurais se aposenta com um salário mínimo e, em geral, com uma declaração de trabalho, ou seja, sem comprovação de recolhimento para o INSS. A proposta do governo é criar uma contribuição para os trabalhadores rurais, que terá valor baixo, próximo ao cobrado dos Microempreendedores Individuais (MEI), que pagam 5% sobre o salário mínimo.

Com uma alíquota dos rurais igual à do MEI, a soma de todas as contribuições ao longo de 25 anos seria equivalente a pouco mais de 16 salários mínimos. Apenas no primeiro ano de aposentadoria já receberiam de volta 13 salários mínimos.

Meirelles também explicou que a proposta de reforma da Previdência vai preservar os trabalhadores de menor renda. "Esses entram e saem do mercado de trabalho e grande parte deles não chega a contribuir por 35 anos antes de completar 65 anos de idade. Quem se aposenta mais cedo e com faixa de renda superior são os que têm empregos com carteira assinada e, portanto, contribuem", afirmou. "Temos de fazer a Reforma da Previdência agora, enquanto temos tempo de evitar problemas graves de curto prazo no orçamento da União", concluiu.

O ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Dyogo Oliveira fez coro: "Nós estamos tendo a oportunidade de fazer a Reforma da Previdência a tempo, sem precisar cortar direitos e benefícios nem aumentar a carga tributária. Se postergarmos a reforma por mais 2 ou 3 anos, essa oportunidade passa", disse. Ele afirmou que, fazendo a Reforma agora, os direitos de quem já se aposentou seriam mantidos e as mudanças não afetariam os pensionistas e os trabalhadores em condição de se aposentar.



De acordo com Dyogo Oliveira, a nova regra também preservaria 64% dos beneficiários, aqueles que recebem um salário mínimo. Pelo modelo atual, a taxa média de reposição salarial é de 80% na aposentadoria. Pela Reforma, com 65 anos de idade e 25 anos de contribuição a taxa mínima de reposição é 76%, mais 1% por cada ano de contribuição que exceder os 25 anos. "Se a pessoa trabalhar mais 5 anos receberá o mesmo que atualmente", finalizou.

Impresso e distribuído por NewspaperDirect | www.newspaperdirect.com, EUA/Can: 1.877.980.4040, Intern: 800.6364.6364 | Copyright protegido pelas leis vigentes.

[Notícia anterior](#)

[Próxima notícia](#)